

Tomada de Preços nº. 014/2015
Processo Administrativo nº. 2015/0001714

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI, por sua **Comissão Permanente de Licitação**, nomeada através da **Portaria Nº. 001/2015**, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, torna público que realizará Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, tipificada como de **menor preço unitário**, a realizar-se no dia **15 de outubro de 2015 às 11:00 (onze horas)**. **Local**: sede da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Piauí, na Av. 29 de Abril s/n – Bairro Três Marias - na sala onde funciona a Comissão Permanente de Licitação – CPL, objetivando a Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de material esportivo conforme descrito no Anexo I, sob o regime **menor preço unitário**, esclarecendo que a presente licitação será regida pelas normas fixadas nesta Tomada de Preço pela Lei nº. 8.666/93, e legislação posterior, Lei Complementar nº. 123/2006 e 147/2014, que o suplementam no que for omissos.

Os interessados deverão providenciar o cadastro junto à CPL da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Piauí, 03 (três) dias antes da data de abertura do certame, oportunidade em que as empresas cadastradas receberão gratuitamente o Edital e seus anexos.

I – DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1- Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Bens Duráveis conforme descrito no Anexo I, parte integrante desta Tomada de Preço.

1.1 – Poderá participar desta licitação toda e qualquer firma individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, que seja especializada e credenciada no fornecimento dos referidos produtos, e que satisfaça a todas as exigências do presente Edital, especificações e normas, de acordo com os anexos relacionados.

1.2 – Para participarem os interessados **deverão manifestar interesse 03 (três) dias antes** da data e horário de realização do certame, como também comprovar habilitação conforme discriminado neste edital.

1.3 – É vedada a formação de consórcios para participação desta licitação.

1.4 – Não poderão participar desta licitação: empresas com suspensão temporária de participação em licitação ou empresas declaradas inidôneas e impedidas de contratar com a Administração Pública.

1.5 – A licitante desejando apresentar preposto, deverá fazê-lo mediante um único representante, que deverá se identificar no ato da abertura da licitação, através de procuração com firma reconhecida, outorgando amplos poderes para o mandatário representar a licitante nesta licitação.

II – DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

2. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços deverão ser entregues na data, horário e local acima mencionado em envelopes distintos conforme modelo:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Av. 29 de Abril s/n – Bairro Três Marias

CEP: 64788-000 São Lourenço do Piauí – PI

TOMADA DE PREÇO Nº 014/2015 abertura dia 15/09/2015 as 11:00 hrs.

ENVELOPE 01 – Documentos de Habilitação

Identificação da Empresa e CNPJ

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Av. 29 de Abril s/n – Bairro Três Marias

CEP: 64788-000 São Lourenço do Piauí – PI

TOMADA DE PREÇO Nº 014/2015 abertura dia 15/09/2015 as 11:00 hrs.

ENVELOPE 02 – Proposta de Preços

Identificação da Empresa e CNPJ

2.1 – No envelope "DOCUMENTAÇÃO" os licitantes deverão apresentar a documentação abaixo relacionada, no **envelope nº 01 – Documentos de Habilitação**, em uma única via original ou cópias devidamente autenticadas:

I – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Cédula de Identidade do empresário ou sócio;
- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedade comercial, OBS.: Se a licitante tiver mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativa apenas à matriz.

II – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;
- Federal** (certidão conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União), **Estadual** (Certidão de Dívida Ativa do Estado e Certidão de Quitação de Tributos Estaduais) e **Municipal** (Certidão Quanto a Dívida Ativa Municipal e Certidão de Tributos Municipais);
- Certidão do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (**FGTS**);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – **CNDT** (Lei 12.440/2011).

III – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- Alvará de funcionamento emitido pelo Poder Público Municipal do licitante, dentro do prazo de validade;
- Certificado de Registro Cadastral – CRC, junto à Comissão Permanente de Licitações de São Lourenço do Piauí;

IV – OUTRAS COMPROVAÇÕES OBRIGATÓRIAS:

- Declaração de que não há superveniência de fato impeditivo de habilitação (anexo II);

- b) Declaração da licitante, em cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da CF, que não mantém relação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menor de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho com menor de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz (**anexo III**).
- c) Comprovação de que a licitante é emissora de **Nota Fiscal Eletrônica. NFe.**

V – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, que comprove a boa situação financeira da empresa;
- b) Certidão de regularidade junto ao Conselho competente, do responsável pelo acompanhamento contábil da empresa
- c) Certidão ou Certidões Negativas expedidas pelos cartórios oficiais, da sede do licitante, comprovando que este não se encontra submetidas a processo de concordata ou falência.

2.2 – A firma que apresentar documentação em desacordo com quaisquer dessas exigências, estará inabilitada a prosseguir no processo licitatório;

2.3 – Os documentos deverão ser apresentados em cópia original da internet, em cópia autenticada em cartório, ou a Comissão autenticará cópias de documentos exigidos neste edital, mediante a apresentação dos originais, a fim de se fazer a competente verificação;

2.4 – A Comissão poderá solicitar também originais de documentos já autenticados, para fins de verificação, sendo a empresa obrigada a apresentá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo ser considerada inabilitada;

2.5 – Quando todas as licitantes forem inabilitadas, é facultado a Comissão fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, para apresentação de documentação escoimada das causas que provocaram a inabilitação;

2.6 – **No envelope nº. 2 – da “PROPOSTA DE PREÇOS”** deverá conter a proposta devidamente redigida em língua portuguesa sem rasuras, contendo obrigatoriamente: a) o valor do objeto desta Tomada de Preços, onde os preços deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, e transporte. b) identificação social, endereço, nº do CNPJ, assinatura do proponente e referência a esta licitação. c) indicar expressamente o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias. d) As propostas deverão ser apresentadas, em moeda corrente brasileira. e) deverá ser apresentada em 01(uma) via, em papel timbrado da licitante, devidamente rubricadas.

III – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3. Para custear as despesas advindas desta licitação, serão utilizados recursos do **FUS, FMAS, FUNDEB 40%, ISS, ICMS, FPM E RECURSOS PRÓPRIOS.**

IV – DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO:

(Handwritten signatures and marks)

4. Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e atendam todas as condições determinadas neste edital e seus anexos.

V – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

5. A competente classificação das Propostas de Preços será feita através do critério de **MENOR PREÇO**, tendo em vista que esta licitação é do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

5.1 – em caso de empate entre dois ou mais licitantes, a Comissão de Licitação realizará sorteio entre as mesmas, para definição da empresa vencedora;

5.2 – Será desclassificada a empresa que: a) não atenda às exigências desta Tomada de Preço; b) apresentarem preços incompatíveis com os de mercado ou inexequíveis.

VI – DO PROCEDIMENTO:

6. No dia, horário e local indicado no preâmbulo desta Tomada de Preço, em sessão pública, a Comissão de Licitação procederá ao recebimento dos envelopes, em seguida efetuará a abertura do envelope de DOCUMENTAÇÃO, para verificar quais empresas estarão habilitadas.

6.1 – Na mesma sessão, a critério da Comissão de Licitação, poderão ser analisados os documentos contidos no envelope "DOCUMENTAÇÃO" e anunciado o resultado da habilitação ou designado dia e hora certos para a divulgação.

6.2 – Uma vez proferido o resultado da habilitação, e desde que tenha transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão devolvidos os envelopes "PROPOSTAS DE PREÇOS", fechados, aos participantes inabilitados, diretamente ou pelos correios.

6.3 – Em seguida será procedida a abertura dos envelopes "PROPOSTAS DE PREÇOS" dos participantes habilitados, sendo verificados os documentos e rubricados pelos membros da Comissão.

6.4 – O licitante poderá se fazer representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada em instrumento público, firmado pelo representante legal do mesmo, a quem seja conferido amplos poderes para representá-lo em todos os atos e termos do procedimento licitatório.

6.5 – No caso de representação, o procurador ou pessoa credenciada, deverá exibir o instrumento que o habilita a representar o licitante, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes.

6.6 – Se o portador dos envelopes do licitante não detiver instrumento de representação ou este não atender ao disposto no item 6.4, tal pessoa ficará impedida de se manifestar sobre quaisquer fatos relacionados com a presente licitação.

6.7 – Não serão aceitas propostas abertas, ou em fac-símile.

6.8 – Das reuniões realizadas para abertura dos envelopes, bem como daquelas realizadas em sessões reservadas da Comissão, serão lavradas atas circunstanciadas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

VII – DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO:

7. Das decisões da Comissão de Licitação, caberão os recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do referido ato, ou da lavratura da ata, previsto no Art. 109, da Lei 8.666/93.

7.1 – Uma vez proferido o julgamento pela Comissão e decorrido o prazo recursal, ou tendo havido desistência expressa após o julgamento dos recursos interpostos, o processo licitatório percorrerá o trâmite normal.

7.2 – Homologado o resultado, o proponente vencedor será convocado e terá 05 (cinco) dias para assinatura do instrumento contratual.

VIII – DO CONTRATO:

8. Integra esta Tomada de Preço o **Anexo IV – Minuta de Contrato** contendo condições e formas de pagamentos e demais obrigações das partes.

8.1 – Até a data de assinatura do contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documentos ou declarações falsas, prejudicando o julgamento da licitação.

8.2 – A não assinatura do contrato, por qualquer motivo dentro do prazo previsto de 05 (cinco) dias, implicará na eliminação do licitante vencedor, além das multas e sanções previstas na Lei 8.666/93, e a administração chamará o segundo colocado.

IX – DA ENTREGA DOS MATERIAIS

9. A empresa ou empresas vencedoras deverão entregar os devidos **MATERIAIS**, a partir da competente Ordem de Fornecimento em endereço indicado pela Prefeitura, no território do município de São Lourenço do Piauí, sem nenhum ônus para a **contratante**.

9.1 – Se as datas previstas para realização desta licitação forem declaradas feriados ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação, a mesma deverá ser realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente estabelecidos, independentemente de qualquer comunicação aos interessados.

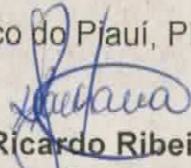
9.2 – A Prefeitura Municipal de São Lourenço Piauí, poderá até a formalização definitiva do contrato, desistir da contratação, bem assim revogar a licitação no todo ou em parte, por interesse público, ou anulá-la, sem que disso resulte para qualquer licitante, direito ou ressarcimento ou indenização.

9.3 – Aplicam-se a este processo licitatório, as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, que regulamenta as licitações promovidas pela Administração Pública.

9.4 – Integram ao presente Edital os **Anexos I, II, III, IV**.

9.5 - Outros esclarecimentos sobre o presente processo licitatório de caráter técnico ou legal, poderão ser prestados de Segunda a Sexta – feira durante o expediente desta Prefeitura de São Lourenço do Piauí.

São Lourenço do Piauí, PI, 15 de setembro de 2015.


Ricardo Ribeiro de Santana
Presidente da CPL





ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de São Lourenço Do Piauí

CNPJ(MF): Nº 41.522.095/0001-90

AV. 29 DE ABRIL S/N, Bairro Tres Marias

CEP: 64778-000 – São Lourenço Do Piauí



Grazielle Santos de Sousa
Grazielle Santos de Sousa
Secretário da CPL

Rafael dos Santos Santana
Rafael dos Santos Santana
Membro da CPL